

Jota Alcides

Editor-Chefe

Mineiramente, agradando Brasília sem desagradar o Rio, que ele tanto amava, poética e intensamente, Carlos Drummond de Andrade identificava Brasília como "uma cidade completa, firme, aberta à humanidade naturalmente capital, como o Rio é uma coisa sem igual". Sempre houve, porém, mais durante a construção de Brasília, menos depois de sua inauguração em 1960, algum tipo de resistência carioca à nova capital, compreensível sobretudo pelo sentimento que deixou a perda da condição de Distrito Federal. Um sentimento natural porque o Rio foi, gloriosamente, capital brasileira ostentando ainda o charme mundialmente famoso de "Cidade Maravilhosa".

Entretanto, nunca essa resistência se transformou em ressentimento, nem passou do nível da racionalidade porque, gradativamente, o Rio e demais capitais brasileiras assimilaram o papel de Brasília, construída pelo admirável Juscelino Kubitschek, para garantir moderna e eficiente administração central federal e proporcionar a interiorização do desenvolvimento nacional. Consolidada como capital da República e tendo conquistado, inclusive, sua autonomia política, Brasília não pode ser agora desrespeitada por alguns aventureiros de idéias absurdas e interesses escusos que desejam provocar o esvaziamento do DF como centro das decisões do Brasil.

É inacreditável que tenham amparo oficial federal iniciativas como esta que determinou a transferência para o Rio da sede do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER). Chega a ser chocante a argumentação providenciada pelos assessores da ministra dos Transportes, Margarida Coimbra: "O DNER precisa ser reorganizado e assim que estiver reestruturado volta para Brasília". Ou seja, o Ministério dos Transportes está assumindo, publicamente, uma brincadeira que pode custar oito milhões de dólares aos

cofres públicos. Como justificar tal absurdo? Por trás de tudo isso devem estar grupos de pressão da engenharia rodoviária nacional e principalmente empreiteiras avisadas e assustadas com o ímpeto de investigação que Brasília vem exercendo sobre corruptos e corruptores, de acordo com as novas exigências éticas da sociedade brasileira.

Mais inacreditável ainda é o fato de o presidente Itamar Franco ter autorizado essa transferência. Como a própria Secretaria de Administração Federal (SAF) foi surpreendida pela decisão, é possível que o presidente Itamar não tenha sido devidamente esclarecido sobre a questão. Ficou a impressão de que o Presidente foi traído ou enganado ao assinar tal decreto entre montes de papéis que passam diariamente por sobre a mesa do seu gabinete. Sim, porque cabe ao Presidente dispor sobre o funcionamento adequado da administração federal e uma mudança como esta vai gerar problemas técnicos e administrativos que complicarão ainda mais a situação do DNER, dificultando o cumprimento de suas atribuições dentro da política nacional de transportes.

Além dos que apóiam interesses escusos e dos 600 servidores em disponibilidade no Rio que entraram na Justiça para não serem removidos para Brasília porque preferem permanecer à beira da praia, seguramente os defensores dessa transferência não conhecem nem vivem Brasília. Conhecem apenas o trajeto entre o aeroporto e o Congresso ou a Esplanada dos Ministérios. E até já ameaçam com o próximo passo que seria a mudança do Ministério da Cultura porque o ministro Luiz Roberto Nascimento tem despachado no Rio e apenas visitado Brasília. É preciso uma reação vigorosa. O presidente Itamar Franco pode revogar o decreto de transferência do DNER e sufocar essa estratégia estapafúrdia de golpe contra Brasília, orgulho dos brasileiros por ser moderna, original, futurista, escultural, monumental e internacionalmente conhecida até mesmo onde não se tem conhecimento do Brasil.

DF
1994
FEB 1994